

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
EMBATES DISCURSIVOS NO CONGRESSO NACIONAL
A RESPEITO DA IMPLEMENTAÇÃO (OU NÃO)
DO NOVO CONCEITO DE FAMÍLIA:
UM OLHAR MIDIÁTICO

Fernanda Pinheiro de Souza e Silva (UNICAP)
fernandapssletras@hotmail.com

RESUMO

Este artigo é fruto da defesa de mestrado em ciências da linguagem que fiz este ano de 2016, e ele tem por objetivo discutir se as entidades jornalísticas trazem, segundo defendem, a informação equilibrada, imparcial e neutra. Pretende-se trazer à consciência orientações ideológicas que norteiam revistas e portais acerca da questão da aprovação ou não do novo conceito de família no Congresso Nacional. O nosso pressuposto é que a depender da qualidade do acesso à informação as pessoas se posicionam de forma distinta. Optou-se por investigar os embates discursivos acerca da implementação ou não do novo conceito de família por ser um evento discursivo polêmico e atual que se instala no Congresso e na sociedade, além do assunto ser constituinte de luta e de poder – pontos-chaves para análise da manipulação discursiva. As análises visam compreender, identificar e comparar as estratégias linguísticas e discursivas em função de questões políticas e ideológicas das instituições jornalísticas. Para fundamentar o trabalho lançamos mão da análise crítica do discurso como referencial teórico e metodológico de pesquisa para examinar as construções discursivas relativas ao abuso de poder. O *corpus* são os gêneros discursivos – recortados das revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Carta Capital*, *Gospelmais*, *Época* e dos portais G1 e R7. Esses gêneros serão descritos, interpretados e analisados de acordo com as três dimensões de Fairclough (2008): textual, prática discursiva e prática social.

Palavras-chave: Análise crítica do discurso. Discurso da mídia. Leitura.

1. Introdução

Esta pesquisa está interessada na investigação de posicionamentos discursivos e ideológicos de instituições midiáticas sobre um único tema escolhido: a implementação ou não do Estatuto da Família no Congresso. Esse tema foi eleito pelo pesquisador por estar em ampla discussão no Congresso e na sociedade. O Estatuto foi elaborado pelo deputado evangélico pernambucano Anderson Ferreira com o propósito de manter a definição antiga do conceito de família. O deputado defende que essa instituição é, e deverá ser caracterizada pela união entre homem e mulher por meio de casamento ou união estável, ou o núcleo formado por um dos pais mais os filhos, excluindo as demais formações. Contrapondo a essa definição tradicional, há um grupo de parlamentares que defende uma concepção plural de família, as famílias ampliadas, as famílias recompostas (frutos de vários casamentos), famílias monoparentais, adotivas e

homoparentais; e pela possibilidade de poder linear esse tema com a análise crítica do discurso que é uma abordagem teórico-metodológica para o estudo da linguagem nas sociedades contemporâneas. Ela prover bases científicas para questionamentos críticos da vida social, em termos de justiça social e poder. (FAIRCLOUGH, 2003 *apud* RESENDE & RAMALHO, 2006)

O evento social a ser discutido tem como sujeitos antagônicos, segundo o discurso jornalístico, a bancada evangélica e a bancada não evangélica. Antes de aprofundar a discussão sobre essas bancadas é coerente nesse momento trazer a definição desse termo muito utilizado pela mídia, uma vez que fica mais evidente os grupos que debatem no Congresso. O termo Frente Parlamentar ou bancada, designa um grupo de membros dos poderes legislativos federal, estaduais e municipais que tem sua atuação unificada em função de interesses comuns, independentemente do partido político a que pertençam (WIKIPÉDIA, 2016). A justificativa da pesquisa reside no posicionamento do pesquisador, de forma ativa e engajada, no sentido de pretender detectar as estratégias linguístico-discursivas utilizadas para a criação discursiva de determinados posicionamentos políticos e interpretá-los em termos de construção de sentido a favor ou contra a implementação do PL 6583, de 2013, do deputado Anderson Ferreira. Segundo Meurer (2004) a qualidade do conhecimento construído sobre os acontecimentos noticiados pela mídia interfere no posicionamento do leitor. Diversas perspectivas sobre o mesmo acontecimento é comum verificarmos nos jornais, mas qual é a relação entre os discursos e as práticas sociais? Norman Fairclough (2003) diz que as práticas sociais são realizadas, perpetuadas e modificadas por meio de discursos. Isto acontece especialmente na sociedade atual em que o constante processo de democratização, com as garantias dos direitos individuais e com leis cada vez mais rígidas, torna simbólico um meio importantíssimo para a coerção, por um lado, e para a luta, por outro, em detrimento da força e da violência físicas.

As instituições escolhidas para coleta de textos foram as revistas *Carta Capital*, *Gospelmais*, *Forum*, *Câmara Notícias*, *Agência Brasil*, *Galileu*, *Canaãvip*, *Veja*, *ISTOÉ*, *Época*, além do portal G1. Entretanto, este artigo apresentará a análise apenas de duas instituições midiáticas: a editora Globo, representada pela Revista Galileu e a Revista Gospelmais de cunho evangélico. Contudo, será exposto nas considerações finais o resultado desse trabalho dissertativo maior.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

2. *Panorama da análise crítica do discurso e os significados do discurso*

A análise crítica do discurso estuda textos e eventos em diversas práticas sociais, propondo uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem em contextos sócio-históricos. Esta pesquisa aborda um tema polêmico e de certa forma de vanguarda para os padrões atuais, pois diz respeito a uma mudança milenar sobre o conceito bíblico de família – optou-se, dessa forma, em utilizar a análise crítica do discurso por debruçar-se sobre temas relacionados à uma modernidade tardia de Anthony Giddens. Segundo Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough, a análise crítica do discurso está situada na ciência social crítica e na pesquisa crítica sobre a mudança social na sociedade moderna posterior (1999). O termo 'modernidade posterior' é usado por Anthony Giddens (1991), com referência às transformações econômicas e socioculturais das três últimas décadas do século XX, em que os avanços na tecnologia da informação e na mídia apartaram os signos de sua localização específica, permitindo sua livre circulação nos limites temporais e espaciais. Norman Fairclough (2001) operacionaliza três dimensões na abordagem do discurso: análise dos textos, análise das práticas discursivas e análise das práticas sociais. A análise do discurso dentro desse modelo se dá de maneira simultânea nas três dimensões, não havendo uma que deva ser obrigatoriamente priorizada em relação à outra. Essa abordagem constitutiva do discurso é baseada na gramática sistêmico-funcional de Michael Alexander Kirkwood Halliday (1985), segundo as três macrofunções da linguagem: ideacional, interpessoal e textual. Norman Fairclough (2003) reelabora essas funções e propõe uma articulação entre as macrofunções de Michael Alexander Kirkwood Halliday e os conceitos de gênero, discurso e estilo, sugerindo, no lugar das funções da linguagem, três principais tipos de significado: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional. Ele operacionalizou essa articulação culminando em três significados: o acional, representacional e o identificacional. Norman Fairclough argumenta que o discurso figura de três principais maneiras como parte de práticas sociais, na relação entre textos e eventos: como modos de agir, modos de representar e modos de ser. A cada um desses modos corresponde um significado.

O significado acional (gênero) focaliza o texto como modo de (inter) ação em eventos sociais, o significado representacional (discurso) enfatiza a representação de aspectos do mundo em textos, e o significado

identificacional (estilo) refere-se à construção e à negociação de identidades no discurso Norman Fairclough (2003). Para este trabalho, utilizar-se-á as categorias analíticas que atendem ao estudo dos três significados, a ver: significado acional: gênero discursivo e intertextualidade; significado representacional: interdiscursividade e léxico; significado identificacional: modalização. Importante destacar que esses significados atuam nas dimensões textuais, discursivas e da prática social, dimensões essas que formam a teoria tridimensional do discurso defendida por Norman Fairclough, fundamentos centrais para este trabalho.

3. Significado acional, gênero e intertextualidade

Os gêneros discursivos estão sempre associados a determinadas práticas sociais e o texto é visto como se fosse uma janela para se examinar essas práticas. Portanto, sempre que se fizer referência a gênero, estar-se-á tratando de gênero discursivo. Prosseguindo, Norman Fairclough define gêneros como aspectos discursivos das formas humanas de ação e interação em eventos sociais (2003, p. 65), ou seja, eles são formas particulares de relações sociais entre agentes sociais. Para a análise crítica do discurso, a análise de gêneros engloba o papel dos gêneros nas ações e interações que ocorrem em eventos sociais. Quando se analisa um texto em termos de gênero, a intenção é verificar como o texto figura na interação social e como contribui para ela em eventos sociais concretos (RESENDE & RAMALHO, 2014, p. 62), assim, as práticas sociais definem gêneros específicos.

Quanto a intertextualidade Norman Fairclough (2003) nos lembra de que não pode haver enunciado que não remeta a outro enunciado, de acordo com esse teórico, os enunciados (textos) são inerentemente intertextuais, constituídos por elementos de outros textos. Sendo assim, intertextualidade pode ser tida como a presença ou combinação de outras vozes no texto, citadas diretamente ou não. A detecção dessas vozes será feita pelo reconhecimento dos discursos direto, indireto, em forma de paráfrases, citações, relatos etc.

3.1. Significado representacional, interdiscursividade e léxico

O significado representacional está ligado as maneiras particulares de representar aspectos do mundo e está associado ao discurso. Diversos discursos são diferentes perspectivas de ver o mundo e sendo assim, li-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

gam-se a campos sociais distintos. Em relação ao campo que este trabalho se insere, o midiático, é preciso compreender a função de destaque das mídias como instrumento de lutas hegemônicas, que possibilitou grupos cada vez mais restritos a disseminarem seus discursos, suas visões de mundo.

Quanto a interdiscursividade, para Norman Fairclough (2003) ela pode ser considerada uma categoria analítica do significado representacional por representar aspectos do mundo, ou seja, para essa categoria o analista volta a atenção para os discursos articulados ou não nos textos, bem como para a maneira como são articulados. É possível perceber no texto como esses discursos servem para representar/ construir aspectos do mundo, ou melhor, os discursos servem não apenas para representar o mundo, mas de significação do mundo. Mais especificamente em relação à análise crítica do discurso, o foco de análise recai sobre o modo como os sentidos das palavras entram em disputa dentro de lutas mais amplas, Norman Fairclough (2001a, p. 105) sugere que as “estruturações particulares das relações entre os sentidos de uma palavra são formas de hegemonia”.

3.2. Significado identificacional, estilo e modalidade

O significado identificacional está relacionado ao conceito de estilo por esse se constituir no processo discursivo de identidades, ou melhor, no processo de identificação de atores sociais. A linguagem enquanto discurso é um modo de identificar a si e ao outro. Ela contribui, como afirma Norman Fairclough (2003), para a constituição de modos particulares de ser, ou seja, para a formação de identidades sociais ou pessoais. Neste projeto será investigado também como os autores, jornalistas, se colocam, se engalam explicitamente quanto ao assunto em evidência. Utilizando para isso do uso de modalizadores, como os advérbios. Norman Fairclough (2003) define, então, modalidade como ser o julgamento do falante sobre as probabilidades ou obrigatoriedades envolvidas no que diz.

4. *Concepção de poder/ hegemonia e ideologia*

Norman Fairclough (2001), em relação ao poder, utiliza a concepção de hegemonia de Gramsci e a concepção da evolução das relações de

poder como luta hegemônica. Norman Fairclough (2001, p. 122) dá a seguinte definição para este processo:

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento.

Nesse sentido, Gramsci (1971), diz que as lutas hegemônicas pelo poder estão baseadas em mudança de foco das relações de dominação, as quais passaram a ser mais calcadas no consentimento ao invés de ter como base a coerção.

Quanto as ideologias, para Norman Fairclough (2001) elas são significações da realidade construídas nas várias dimensões de poder. Uma abordagem multimodal de análise crítica de discurso.

5. Metodologia

A pesquisa compreende dois momentos. No primeiro, acontece a seleção de textos que necessariamente construísem sentidos a favor e contra o Estatuto da Família de modo que a própria seleção já faz parte da análise. No segundo momento, são identificadas e analisadas as estratégias linguístico-discursivas que criaram esses efeitos. Não se pode perder de vista, no entanto, que esses momentos não são autônomos e nem seguem essa ordem fixa. Por mais objetiva que a pesquisa pretenda ser, o pesquisador-leitor, assim como qualquer outro sujeito, é constituído historicamente. A realização da leitura do texto de uma revista não pode estar (e não está) desvinculada da leitura do texto da outra, como se fosse a primeira leitura, de maneira que a identificação e a comparação acontecem simultaneamente na análise.

5.1. Sobre o corpus e as categorias de análise

Foram oito textos selecionados para compor o *corpus* restrito e outros quinze para o *corpus* ampliado. O restrito é composto pelos textos

**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA**

sobre os quais a análise incidu diretamente, de onde se observou as estratégias linguístico-discursivas em função da construção de sentido. Já o ampliado são os textos que foram analisados em termos discursivos, mas não as estratégias linguístico-discursivas utilizadas. O *corpus* ampliado ajuda a lançar luz sobre os textos do *corpus* restrito, sobre o que se queria investigar – por exemplo, o fato de uma reportagem ter sido anunciada na capa ou retomada em outros textos ao longo da mesma edição, pode revelar uma maior atenção dada a um determinado assunto pela revista. Outra função do *corpus* ampliado é indicial, ou seja, embasar afirmações fora da análise, como a história das revistas de apoio ou rejeição ao PT, por exemplo.

O *corpus* é formado por textos completos apresentados sob a forma de artigos de opinião, reportagens e notícias de nove instituições midiáticas. Essa multiplicidade de instituições acontece devido a oportunidade de o pesquisador poder, mais facilmente, comparar os posicionamentos entre os veículos de comunicação.

Revista/ Portal	Título	Gênero textual	Data de publicação
Veja	A família, um homem e uma mulher, a democracia, os gays e as heterodoxias constitucionais de Barroso.	Artigo de opinião	25/09/2015
<i>Forum</i>	Erika Kokay: “O que define família é o amor”	Artigo de opinião	...
<i>Carta Capital</i>	Até Jesus ficaria de fora do Estatuto da Família de Cunha	Artigo de opinião	28/09/2015
<i>Câmara Notícias</i>	Câmara aprova Estatuto da família formada a partir da união de homem e mulher	Notícias	08/10/2015
<i>Galileu</i>	Uma lei pode determinar o que significa família?	Artigo de opinião	28/05/2015
<i>Gospelmais</i>	Aprovado, relatório do Estatuto da Família reconhece apenas a união de homem e mulher	Notícia	03/09/2015
<i>Canaãvip</i>	O relator do projeto de lei que cria o Estatuto da Família é ovacionado na Câmara após definir família como união entre homem e mulher	Notícia	02/09/2015
<i>Istoé</i>	O Estatuto da Família é um retrocesso	Entrevista	28/10/2015

Quadro 1: *corpus* restrito

Revista/Portal	Título	Gênero textual	Data de publicação
<i>Forum</i>	Ativistas se mobilizam nas redes contra Estatuto da Família	Notícia	24/02/2015
<i>Forum</i>	A inconstitucionalidade do Estatuto da Família	Artigo de opinião	27/07/2015
<i>Forum</i>	Definição de família é aprovada por comissão como “união entre homem e mulher”	Notícia	24/09/2015
<i>Carta Capital</i>	As vítimas da “sagrada família” que o Congresso quer criar	Artigo de opinião	11/03/2015
<i>Carta Capital</i>	Estatuto da Família afugenta casais homossexuais da fila de adoção	Reportagem	28/04/2015
<i>Carta Capital</i>	As vítimas das trevas do Estatuto da Família	Reportagem	23/10/2015
<i>Istoé</i>	Pressionados pelo conservadorismo, deputados adiam a aprovação do código que representa um avanço no direito brasileiro	Entrevista	02/09/2015
<i>Agência Brasil</i>	Relator apresenta hoje substituto sobre Estatuto da Família	Reportagem	02/09/2015
<i>Agência Brasil</i>	Católicos e evangélicos divergem na Câmara sobre Estatuto da Família	Reportagem	25/06/2015
<i>Gospelmais</i>	Jean Willys ataca pastores Feliciano e Malafai: “oportunistas, canalhas e fundamentalistas”	Notícia	26/06/2015
<i>G1</i>	Relator na Câmara define família como união entre homem e mulher	Notícia	...
<i>Veja</i>	Fachin a mente divinal por trás de propostas que transformam a família na casa da mãe joana	Artigo de opinião	30/04/2015
<i>Carta Maior</i>	A felicidade por decreto: o medievalismo do Estatuto da Família	Artigo de opinião	16/03/2015
<i>Carta Maior</i>	Direitos Humanos: contra o fundamentalismo religioso e a vontade crua da maioria	Artigo de opinião	02/04/2015

Quadro 2: corpus ampliado

A análise do *corpus* partiu de uma lista de categorias sugeridas por Norman Fairclough (2003) segundo o conceito de ‘escolha’, ou seja, estratégias linguístico-discursivas que dão certa liberdade de uso ao locutor e, por isso, são capazes de veicular ponto de vista e construir discursos ideologicamente orientados. As categorias a serem analisadas vão do nível macro/social ao micro/linguístico e são representadas pela intertextualidade, interdiscursividade, gênero discursivo, léxico e modalidade. No entanto, muito produtivamente podem revelar informações subtendi-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

das da manipulação por ser um espaço linguístico-discursivo flexível, em que o interlocutor possui escolhas. São as seguintes categorias a serem identificadas e analisadas:

- (a) Gênero discursivo: Adotaremos a concepção de gênero de Norman Fairclough & Lilie Chouliaraki (1999), por defender a ideia de que gênero é um conjunto estável de convenções o qual se associa a um tipo de atividade ratificada socialmente
- (b) Intertextualidade: O intertexto é toda referência a outros textos, por citação (apenas) ou por transcrição.
- (c) Léxico: pode ser feito por nomeação e adjetivação. Os nomes estão a serviço do querer-dizer do sujeito, a serviço dos objetivos comunicativos e ideológicos dele.
- (d) Interdiscursividade: Diversos discursos particulares associam-se a campos sociais, interesses e projetos particulares, por isso podemos associar discursos particulares a determinadas práticas;
- (e) Modalidade: Assim como a adjetivação, a modalidade, dentro de uma elaboração discursiva, descreve ações, possíveis e reais, para caracterizar a realização dos eventos.

A manipulação não está diretamente relacionada a essas categorias, ela está indiretamente correlacionada no sentido de gerar interpretações múltiplas considerando o contexto em que será a informação inserida. Os discursos funcionam como manipulação quando inseridos em contextos sociais e reais de interação; é a maneira como são interpretados pelos leitores que o discurso ganha força manipuladora. Isso é fácil perceber quando consideramos que um determinado discurso é mais ou menos manipulador, ou não possui nenhum efeito manipulador, de um leitor para outro.

5.2. Observação sobre o *corpus*

O *corpus* a ser analisado é formado por cinco viés midiático e ideológico, ou seja, além do domínio discursivo jornalístico esses gêneros/*corpus* serão formados por domínios discursivos díspares como o do governo, o religioso, o de gênero, o da revista *Istoé* e o da *Veja*. Todos disputando uma única questão: a implementação ou não do Estatuto da Família.



6. *Análise das revistas Gospelmais e Forum*

A. Revista *Gospelmais* de 03 de setembro de 2015.

Aprovado, relatório do Estatuto da Família reconhece apenas a união de homem e mulher⁹

Por Tiago Chagas, 3 de setembro de 2015.



O projeto de lei apelidado como Estatuto da Família teve seu relatório aprovado na comissão especial que estuda o texto, e manteve o conceito familiar como o núcleo formado por um homem e uma mulher.

O relator do projeto, deputado federal Diogo Garcia (PHS-PR) afirmou em seu parecer que uma família é “a união de um homem e de uma mulher, por meio de casamento ou de união estável, e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos”. A divulgação do parecer aconteceu na última quarta-feira, 02 de setembro.

O Estatuto da Família, proposto pelo deputado Anderson Ferreira (PR-PE), é apoiado pelos parlamentares da bancada evangélica e visto como polêmico por boa parte dos partidos de apoio ao governo, de orientação esquerdista.

⁹ Disponível em:

<https://i0.wp.com/noticias.gospelmais.com.br/files/2015/09/estatuto-da-familia.jpg?fit=798,417&ssl=1>.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Para os críticos do projeto, seu texto é considerado equivocado por não considerar família as uniões entre pessoas do mesmo sexo e as relações poli-gâmicas, por exemplo. Outro argumento usado é a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de proibir os cartórios de se recusarem a celebrar o casamento civil ou converter união estável em casamento de homossexuais.

Garcia, ciente das críticas, usou um contra-argumento no relatório do projeto:

“Trata-se de competência do Congresso Nacional regulamentar, para maior eficácia, a especial proteção constitucionalmente garantida à família. O estatuto vem para colocar a família, base da sociedade, credora de especial proteção, no plano das políticas públicas de modo sistemático e organizado, como até então não se fizera. Nada impede que os cidadãos, mediante seus representantes políticos, advoguem pela inclusão de novos benefícios a outras categorias de relacionamento, mediante argumentos que possam harmonizar-se à razão pública”.

Por fim, o parlamentar destacou que seu relatório foi formado a partir das impressões colhidas durante os debates e as audiências públicas, quando ouviu representantes da sociedade. O documento, segundo ele, está “alinhado aos preceitos constitucionais e valores morais e éticos de nossa sociedade, com o fim de garantir direitos e o desenvolvimento de políticas públicas para a valorização da família”.

- 1. Gênero discursivo:** O título da notícia é iniciado pelo participio do verbo aprovar: aprovado, em seguida há uma pausa intencional evidenciada pela vírgula com o intuito de informar primeiramente o resultado do Estatuto da Família – foi aprovado, e posteriormente a complementação dessa aprovação, ou seja, foi aprovado o Estatuto que reconhece família apenas a união de homem e mulher. Não há um título auxiliar uma vez que no título principal já tem as duas informações que o portal Gospelmais quer transmitir. O primeiro parágrafo tem as duas informações principais, a aprovação do Estatuto e a essência dele que é a formação de família segundo um conceito tradicional. O corpo da notícia reforça essa ideia e informa que o Estatuto é defendido pela bancada evangélica, informação muito relevante posto que o público ao qual se destina a notícia são os leitores do portal Gospelmais, ou seja, evangélicos ou simpatizantes com essa ideologia.
- 2. Intertextualidade:** A única voz expressa pela citação direta é a do deputado Diego Garcia, relator do Estatuto, que vem para legitimar a notícia. Outras vezes que têm essa função de legitimação aparecem quando o portal remete o Estatuto ao seu criador o deputado Anderson Ferreira e ao apoio da bancada evangélica.

Todas essas vozes referidas anteriormente estão comprometidas com o Estatuto da Família de Anderson Ferreira. No último e penúltimo parágrafo surge a referência do portal a outras vozes que contra-argumentam com o discurso do Estatuto. Em referência aos partidos de apoio ao governo somente diz que seus posicionamentos não defendem o Estatuto.

3. **Léxico:** A notícia foi pequena e seu texto resumiu-se a duas informações básicas já citadas e comentadas anteriormente: a aprovação do Estatuto e o reconhecimento de família como oriunda da união entre um homem e mulher. Há nessa notícia, o excesso de emprego do verbo ser na forma conjugada do presente do indicativo “é”, como seguem as orações: “(...) família é ‘a união de um homem e mulher’”, “O Estatuto da Família (...) é apoiado pelos parlamentares da bancada evangélica (...)”, “Para os críticos do projeto, seu texto é considerado equivocado por não considerar família a união entre pessoas do mesmo sexo (...)”. Esse emprego do verbo conjugado “é” acontece tanto na argumentação quanto na contra-argumentação, pode-se refletir sobre isso como sendo uma estratégia linguística do portal, dado que essa utilização do verbo ser dar ideia de estado de permanência, algo que não se pode mais alterar ou mudar.
4. **Interdiscurso:** O portal Gospelmais identifica-se por completo com o discurso religioso e com a conduta dos seus políticos promovendo uma junção de discursos. De acordo com Machado (2012) os políticos evangélicos dão maior relevância a identidade religiosa, em detrimento das identidades partidárias que, pelo menos em princípio, deveriam orientar as condutas políticas no sistema da democracia representativa. Observa-se nesta notícia, no terceiro parágrafo, um indício do que Machado (2012) assevera: “O Estatuto da Família é apoiado pelos parlamentares da bancada evangélica (...)”. Ou seja, por que é relevante mencionar a aprovação dessa comunidade?
5. **Modalidade:** A modalidade epistêmica (no sentido de comprometimento com a verdade) - empregada pelo Portal Gospelmais - sendo expressa pelo verbo ser na forma conjugada “é ” aparece em todos os parágrafos dando ideia, como já comentado, de estado permanente aos sujeitos. Como exemplo: “(...) família é a união de um homem e de uma mulher(...)”. Ou seja, está defini-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

do por lei que não há espaço para outro tipo de família que não seja a tradicional e cristã.

B. Viés da editora Confiança com a revista *Carta Capital*, de 28 de setembro de 2015.

7. *Até Jesus ficaria de fora do Estatuto da Família de Cunha*

Projeto é mais um episódio da cruzada contra os direitos individuais dos deputados religiosos e oportunistas

Por Mauricio Moraes — publicado 28/09/2015 08h56



Retrôcesso: Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ) e Marco Feliciano (PSC-SP) durante a sessão em que o Estatuto da Família foi aprovado.

Jesus, segundo consta, era filho de uma virgem, concebido por um Espírito Santo. Maria, sua mãe, a mais nova e retrógrada legislação concebida pelos fundamentalistas do Congresso Nacional, capitaneados pelo suposto cristão Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O tal Estatuto da Família é mais um capítulo da cruzada contra os direitos individuais que viceja em um Congresso pautado, cada vez mais, por deputados religiosos (e oportunistas). O texto, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, considera família vivia com um carpinteiro, José, que se tornou o segundo pai do menino. Em suma, se vivessem no Brasil de 2015, estariam sob risco de ficar de fora do tal Estatuto da Família, a união única e exclusiva entre um homem e uma mulher. Famílias homoafetivas ou poliafetivas (caso da de Jesus, diga-se) estariam, em tese, fora da lei. A comparação com a virgem de Nazaré, o carpinteiro, a pomba divina e o menino Deus pode até soar desrespeitosa. Mas se trata justamente de debater o desrespeito, neste caso do atual Congresso com parte considerável da sociedade brasileira que vive em núcleos familiares dos mais diversos – casais gays, de lésbicas, de pessoas trans-sexuais, polifamílias etc. A escada conservadora tem outros capítulos perversos. Voltou a debate o Projeto de Lei 5069/2013, do próprio Cunha, outra marcha a ré nos direitos humanos e

individuais das mulheres. O texto diz que a vítima de estupro só poderá receber atendimento na rede de saúde se antes tiver passado pela polícia e se submetido a um exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal. Para piorar a história, o texto ainda quer proibir a distribuição da pílula do dia seguinte em casos de violência sexual. Ou seja, querem forçar as mulheres estupradas a levar adiante uma gravidez fruto de um crime (lembrando que esta mesma mãe e filho ainda não poderão ser chamados de “família”, na concepção destes mesmos deputados conservadores). Tudo isso se dá logo após os mesmos fundamentalistas conseguirem barrar, País afora, a inclusão nos Planos Municipais de Educação do debate sobre a questão de gênero nas escolas. Falar sobre gênero é combater o machismo que endossa a violência sexual que as mulheres vivem no seu dia a dia. É combater *bullying* nas escolas, que faz com que adolescentes LGBT estejam no topo dos rankings de suicídios. Ou seja, falar sobre gênero é falar sobre tolerância. E a pressão dos religiosos foi tão grande que até inventaram um termo, a tal “ideologia de gênero”, uma mentira que ganhou ares de verdade no debate raso dos conservadores.

Na Comissão de Constituição e Justiça, o Estatuto da Família foi aprovado com os votos do PSDB, do PV, do PSC, do PSB, do PSD, do Solidariedade, do PP, do DEM. Votaram contra apenas o PT, o PSOL, o PCdoB e o PTN.

Por ora, “transviados” de todo o Brasil não precisam se atemorizar. Caso seja aprovado no plenário da Câmara e do Senado, é praticamente certo que o caso vá parar no Supremo Tribunal Federal, que deve considerar nulo esse ponto do tal Estatuto e derrubar a legislação. É o STF mais uma vez salvando o País da pequenez dos ditos representantes do povo.

Mas é bom lembrar que está justamente aí o ovo da serpente. Há poucos anos, ninguém poderia imaginar que em pleno século 21 deputados e senadores estivessem mais ocupados em legislar sobre o corpo alheio do que sobre questões que realmente importam para o País. Mas aí vieram os deputados pastores, irrigando campanhas com dizimo que não paga imposto e querendo cada vez mais espaço. O resultado está aí: Eduardo Cunha, um dos mais insólitos representantes do conservadorismo religioso brasileiro, na presidência do Legislativo Nacional.

Não se enganem... Depois de conquistarem a mídia, pautarem o Congresso, os fundamentalistas religiosos, logo mais, darão o próximo passo – fazer lobby para a indicação do primeiro ministro evangélico do STF. Tempos obscuros.

- 1. Gênero discursivo:** O gênero adotado para discursar sobre o Estatuto da Família pela revista *Carta Capital* do dia 28 de setembro de 2015 foi o artigo de opinião do jornalista Maurício Moraes. O título: “Até Jesus ficaria de fora do Estatuto de Cunha” aliado ao título auxiliar: “Projeto é mais um episódio da cruzada contra os direitos individuais dos deputados religiosos e oportunistas” já denotam a perspectiva ideológica que será direcionado esse artigo, ou seja, no sentido dos que defendem um estatuto contrário ao do defendido por Eduardo Cunha, dos que

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

defendem um estatuto com uma formação diversificada de família. Em outros artigos e notícias da *Carta Capital* que serviram de corpus ampliado para a verificação da tendência discursiva e ideológica da revista, percebeu-se que lá também incide uma ideologia que vai de encontro com a definição de família plural. O primeiro parágrafo explica a citação de Jesus no título, colocando-O como pertencente, na época, a uma família nada tradicional, uma vez que José era considerado o segundo pai de Jesus. O segundo parágrafo confirma o primeiro, afirmando que o Estatuto é mais uma forma de ação contra os direitos individuais humanos. O artigo segue acusando os fundamentalistas, conservadores do Congresso que insistem em negar mudanças nas sociedades contemporâneas.

2. **Intertextualidade:** A voz que se destaca nesse artigo é a da revista *Carta Capital* que é representada pelo jornalista. A todo momento a opinião do jornalista era colocada de forma argumentativa. Ele, no primeiro parágrafo, utiliza a citação indireta da Família Sagrada como forma de identificá-los como uma família não tradicional e logo em seguida, o jornalista levanta a hipótese de poder se pensar ser desrespeitosa essa ligação, mas informa que se trata de discutir o desrespeito do Congresso atual com parte considerável da sociedade brasileira. Cita o Projeto de lei 5069/2013 de Cunha que não protege a mulher vítima de estupro na tentativa de apresentar argumentos e mais argumentos que tornem Cunha réu.
3. **Léxico:** O trecho “O tal Estatuto é mais uma cruzada contra os direitos individuais que viceja um Congresso, cada vez mais, por deputados religiosos (oportunistas)”, é formado por palavras e expressões que possuem conotações denegridoras, em relação ao grupo que defende o Estatuto da Família. O emprego da palavra “tal” referindo-se ao Estatuto dá um ar desrespeitoso na medida que o predicativo do sujeito “mais uma cruzada...” confirma esse “tal”, ou seja, a implementação do Estatuto é mais uma forma de se agir contra os direitos humanos. O verbo “vicejar” é empregado ironicamente, uma vez que na maioria do uso desse verbo refere-se ao nascimento de algo, a germinação de algo frutífero, que não é o caso do Estatuto defendido pela *Carta Capital*. Há ainda a possível substituição da palavra religiosos por oportunistas evidenciando a conotação negativa que a revis-

ta dá a bancada evangélica. No trecho: “Por ora, ‘transviados’ de todo o Brasil não precisam se atemorizar” é utilizado o adjetivo transviado como substantivo para ironizar com a forma dos “religiosos” verem que não concorda com o Estatuto.

4. **Interdiscursividade:** No artigo de opinião em análise o discurso da revista *Carta Capital* corrobora com seus outros discursos como visto, por exemplo, no artigo de opinião intitulado: “As vítimas da ‘sagrada família’” que o Congresso quer criar” anterior ao artigo analisado. A revista defende um modelo diversificado de formação familiar, além de especificamente não se identificar com algumas figuras da política como o próprio Eduardo Cunha. Neste artigo, a voz do jornalista é a que direciona as vozes constituídas e marcadas que ele quer ativar para justificar sua verdade.
5. **Modalidade:** Para Norman Fairclough (2003a, p. 166), o estudo da modalidade é relevante para a construção discursiva de identidades, porque ‘o quanto você se compromete é uma parte significativa do que você é’. As formas verbais que constituem esse artigo são formadas em sua maioria por verbos no modo do indicativo, indicando afirmação. O compromisso do jornalista é com a verdade do seu ponto de vista, para isso, ele utiliza verbos no presente do indicativo, indicando certeza, o verbo ser indicando imutabilidade de fatos também é empregado. Ou seja, a modalidade epistêmica no artigo é que se sobressai. Entre a modalidade objetiva e a subjetiva, esse artigo caminha para a subjetiva, uma vez que o seu grau de afinidade com o tema é explicitado, deixando claro, que a afinidade expressa é a do jornalista.

6. *Considerações finais*

Pretendeu-se aqui nesta pesquisa de cunho investigativo-científico discutir e refletir sobre os diversos posicionamentos de entidades jornalísticas que ditam trazer a informação como “realmente é” de forma imparcial, mas que pelo que se observou nas análises, elas de nada têm de imparcialidade. A serviço de suas ideologias, dos seus “patrocinadores” empregam estratégias linguísticas e discursivas semelhantes. A partir da identificação e comparação das estratégias linguístico-discursivas utilizadas na construção discursiva dos textos analisados e responsáveis pela construção dos sentidos identificados – implementação ou não do Estatu-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

to da Família – é possível perceber que as mesmas estratégias linguístico-discursivas podem ser empregadas para transmitir pontos de vista distintos na atividade jornalística de reportar os acontecimentos sócio-políticos. Percebeu-se que as mesmas estratégias linguístico-discursivas eleitas como categorias de análise ajudaram, igualmente, na defesa do Estatuto da Família (revista *Veja*, portal da Câmara e revista *Gospelmais*) e na discordância desse mesmo Estatuto (revista *Istoé*, revista *Carta Capital*, revista *Forum* e a revista *Galileu*). Dessa forma, a análise não apenas confirmou a imagem construída historicamente das revistas enquanto seu posicionamento relacionado à implementação ou não do Estatuto da Família, como mostrou que os fenômenos linguísticos não possuem em si mesmos o poder de manipular a palavra em prol dos interesses específicos dos locutores institucionais, eles estão a serviço de quaisquer valores e posicionamentos. É o contexto de base sociológica, acionado por marcas textual-discursivas, apoiado especialmente no contexto enunciativo e na história das revistas, que norteia a interpretação dos leitores em determinada direção ideológica e não noutra. Nesse sentido, para uma (in)formação mais adequada do leitor, o cotejamento – comparação de textos – do conhecimento elaborado em textos cujas instituições jornalísticas possuam posicionamentos políticos distintos parece ser um caminho produtivo para um conhecimento mais amplo, mais completo. Por exemplo, no caso das notícias e artigos analisados, o leitor que teve acesso aos textos pode construir um conhecimento mais amplo, abarcando possíveis questões políticas e estéticas relacionadas à implementação do Estatuto da Família.

Assim, de modo geral, percebeu-se no fazer desta pesquisa que a ciência linguística vai além da utilização de recursos linguísticos, de teorias, ela é de essência empírica, a base da ciência é o ser humano com todas as suas idiossincrasias. E o pesquisador que é cirurgião dessa ciência não pode se deixar levar pela emoção no ato cirúrgico, tendo que ser direto e diligente, contudo, ao planejar toda a execução tem que ser levado pelo lado humano do problema, no sentido de procurar alternativas na sua área médica que levem seu paciente ao tratamento correto e adequado e isso inicia desde o diagnóstico do sintoma. Sendo nessa analogia, o ato cirúrgico, o trabalho de pesquisa, que tem que ser mais objetiva possível; o planejamento do tratamento médico, a procura pela cura sendo humana remete a necessidade de o pesquisador reconhecer que está também lidando com problemas humanos, não relacionados, talvez, a saúde, mas ao social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BÍBLIA*. Tradução ecumênica. São Paulo: Paulinas, 2002
- BIROLI, Flávia. *Família: novos conceitos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Trad.: Klauss Brandini Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Unesp/Bomtempo, 1997.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Editora da UnB, 2001a, Brasília, 1992.
- _____. A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: MAGALHÃES, Célia Maria (Org.). *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *Introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Pontes, Campinas, 2011.
- THOMPSON, John Brookshire. *Ideologia e cultura moderna: teoria social na era dos meios de comunicação de massa*. Trad.: Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da Pós-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

TREVISAN, Janine. A Frente Parlamentar Evangélica: força política no estado laico brasileiro. *Numen*, Juiz de Fora, vol. 16, n. 1, p. 581-609, 2013.

VAN DIJK, Teun. *Discurso e poder*. Tradução e organização de Judith Hoffnagel e Karina Falcone. São Paulo: Contexto, 2008.